

O declínio da família no Brasil



Por **GIOVANNI ALVES***

A explosão de lares unipessoais e a adultescência prolongada são duas faces da mesma moeda: a desintegração da família como infraestrutura antropológica, substituída por uma solidão funcional ao capital financeirizado

1.

A partir da década de 1990, as transformações na estrutura familiar ocorridas na era neoliberal não podem ser compreendidas como simples mudanças de costumes, escolhas privadas ou rearranjos afetivos. Elas devem ser situadas no interior de uma ruptura histórica nas condições de reprodução social do capitalismo global.

O que se observa, sobretudo nos últimos trinta anos, é o aprofundamento do declínio estrutural do Ocidente. Como argumenta Emmanuel Todd em *Le Défi de l'Occident*, o Ocidente global – do qual o Brasil é uma província periférica e dependente – atravessa uma crise estrutural de reprodução, e não apenas um ciclo econômico negativo.

O Ocidente já não ocupa o centro dinâmico da história mundial: o crescimento econômico desacelera, a inovação perde centralidade e a autoridade moral e política se dissolve. No caso brasileiro, esse processo assume uma forma particular. Na década de 1980, o país realizou simultaneamente a transição para a democracia liberal e a constituição do Estado neoliberal.

A democracia liberal sobreviveu como forma política esvaziada de conteúdo social, sustentada pela persistente despolitização das massas e pela transferência efetiva do poder para elites tecnocráticas e financeiras –isto é, pela continuidade do domínio oligárquico sob novas roupagens institucionais.

O Brasil, portanto, integra um processo mais amplo de decadência do Ocidente capitalista neoliberal. A desigualdade crescente corroeu a coesão cultural e política das sociedades ocidentais, por meio da concentração de renda, da erosão da classe média e da dualização social – dinâmica que ajuda a explicar – trinta anos depois – a ascensão da extrema direita.

Emmanuel Todd articula o declínio do Ocidente a fenômenos como a baixa fecundidade, o envelhecimento populacional e a desorganização familiar, que produzem conservadorismo defensivo, medo do futuro e regressão ideológica. Esse ambiente torna-se particularmente propício – como ocorre no Brasil – à ascensão do neopentecostalismo, ao fortalecimento de forças de extrema direita e ao transformismo da esquerda, entendido aqui como uma forma específica de regressão ideológica.

Na verdade, a força ideológica do Estado neoliberal intensifica conflitos identitários e fragmenta o espaço público. A crise da família brasileira, manifestada na era neoliberal, deve ser compreendida como parte de uma crise mais ampla da família enquanto infraestrutura antropológica da sociedade.

2.

Para Emmanuel Todd, a família constitui uma estrutura antropológica básica, responsável pela socialização primária, pela transmissão de valores (autoridade, igualdade, autonomia), pela internalização da temporalidade (passado-presente-futuro) e pela mediação entre indivíduo e coletividade. Quando a família se desorganiza, não estamos diante de uma simples “mudança de costumes”, mas de uma crise profunda da reprodução social.

Nos últimos trinta anos, o Brasil vive uma crise de reprodução social. O que colapsou não foi a chamada “família tradicional”, mas a capacidade da família de produzir sujeitos socialmente integrados. Sem horizonte histórico, a família perde sua função estruturante: deixa de proteger contra o mundo social e passa a refletir a brutalidade da própria sociedade neoliberal.

A queda acentuada da natalidade no Ocidente é interpretada por Emmanuel Todd como recusa inconsciente do futuro, cálculo racional diante da insegurança social e expressão antropológica do medo histórico. No Brasil, a queda da fertilidade é flagrante. Ter filhos deixa de ser um gesto de confiança no mundo e passa a ser percebido como risco excessivo. A crise da família é, portanto, também uma crise da confiança histórica.

Com a fragilização da família, caberia ao Estado assumir funções de proteção; entretanto, o Estado neoliberal – o necroEstado – se retrai. O resultado é a produção de indivíduos isolados, famílias sobrecarregadas e a ausência de mediações coletivas eficazes. Esse vazio estrutural de proteção é preenchido por moralismos, identitarismos, autoritarismos e fundamentalismos – fenômenos amplamente difundidos no Brasil neoliberal.

A família não desaparece; ela se torna disfuncional. Não se trata do “fim da família”, mas de sua transformação em uma forma social instável. Ela persiste como espaço afetivo frágil, unidade econômica precária e refúgio simbólico insuficiente. A família sobrevive, mas já não cumpre plenamente sua função histórica clássica. Assim, a crise da família no Ocidente expressa, em nível antropológico, o esgotamento histórico do capitalismo desenvolvido: quando o futuro se fecha, a transmissão entre gerações se rompe e a família perde sua capacidade de produzir sujeitos socialmente integrados.

Para Emmanuel Todd, a crise dos sistemas familiares – enquanto infraestrutura antropológica das ideologias políticas – não destrói apenas a economia ou o Estado, mas a própria matriz de reprodução simbólica da sociedade. A desorganização familiar constitui um dos lugares privilegiados do niilismo contemporâneo: ruptura da transmissão intergeracional, pais incapazes de prometer futuro, filhos socializados na precariedade histórica.

Emerge, assim, um niilismo antropológico – visível no Brasil neoliberal – no qual a vida continua, mas a reprodução do sentido se interrompe. Nesse ponto, Emmanuel Todd aproxima-se de uma intuição freudiano-lacaniana: quando a filiação simbólica se rompe, o sujeito passa a viver em um presente absoluto (a “presentificação crônica” como diria Eric Hobsbawm em *A era dos extremos*).

3.

O sujeito neoliberal pratica um niilismo cotidiano: vive-se sem projeto, administra-se a sobrevivência. Quando o universal perde sentido – como ocorre com a crise dos partidos de esquerda e das ideologias coletivistas –, o particularismo converte-se em refúgio: identitarismos fragmentários, autoempreendedorismo e fundamentalismo religioso da Teologia da prosperidade.

Em *Le Défi de l'Occident*, Emmanuel Todd é enfático: o neoliberalismo não transforma apenas a economia; ele dissolve as mediações sociais que organizavam a vida cotidiana – trabalho relativamente estável, direitos sociais, previsibilidade do futuro –, produzindo impacto direto sobre a família enquanto instância de socialização, proteção e transmissão simbólica. A família, longe de ser uma forma natural ou imutável, sempre funcionou como mediação histórica entre indivíduo, trabalho e sociedade. Sua estabilidade relativa dependia da existência de horizontes de futuro, expectativas de mobilidade social e mínima segurança material.

Desde os anos 1990, observa-se não o “fim da família”, mas sua desorganização funcional. Diferentemente dos países centrais, onde o Estado social amortecia parcialmente a crise, no Brasil a família sempre funcionou como principal instância de proteção social. Quando ela se desorganiza, não existem instâncias substitutivas eficazes. O resultado é a sobrecarga da família pobre e trabalhadora, que passa a concentrar funções excessivas: cuidado, renda, afeto, disciplina e administração da sobrevivência cotidiana.

Nos últimos trinta anos de Estado neoliberal, a desorganização da estrutura familiar no Brasil não produziu emancipação, mas intensificação da precariedade, fragilização subjetiva e um profundo sentimento de abandono histórico, expresso tanto na violência quanto na adesão a soluções autoritárias e moralizantes. Trata-se menos de um “excesso de liberdade” e mais de uma experiência generalizada de desamparo social, na qual indivíduos formalmente autônomos são deixados à própria sorte em um mundo social hostil e instável. Nesse contexto, mesmo a esquerda liberal – convertida no PT – tornou-se garantidora da ordem neoliberal, integrando-se a ela por meio do projeto do lulismo.

Assim, a crise da família no Brasil não pode ser reduzida a um problema privado, moral ou cultural. Ela expressa, de forma concentrada, a crise estrutural da reprodução social sob o capitalismo dependente e neoliberal, na qual se rompem simultaneamente as mediações do trabalho, do Estado e da transmissão simbólica entre gerações. A família, longe de ser a causa dessa crise, torna-se um de seus lugares mais visíveis e dolorosos.

O objetivo deste artigo é analisar as mudanças na estrutura familiar no Brasil na era neoliberal. Em textos posteriores, serão abordadas a crise do cuidado, o futuro das gerações sem filhos e a catástrofe do envelhecimento populacional – problemáticas interligadas que tendem a se aprofundar nas próximas décadas e que deveriam ocupar lugar central no debate público e na formulação de políticas sociais.

4.

Os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo IBGE, confirmam empiricamente a profundidade das transformações na estrutura familiar brasileira ao longo das últimas décadas. A família no Brasil passou por uma reconfiguração acelerada, cuja magnitude não pode ser dissociada do contexto histórico da consolidação do Estado neoliberal e da reestruturação regressiva do capitalismo dependente.

Em 2022, as famílias formadas por casais com filhos representavam apenas 42% dos domicílios brasileiros, contra 56,4% em 2000. Pela primeira vez, portanto, esse arranjo deixou de ser majoritário. Em sentido inverso, cresceram de forma expressiva os casais sem filhos, que passaram de 13% para 24,1%, bem como os domicílios unipessoais, que triplicaram entre 2000 e 2022, alcançando 13,6 milhões de residências, o equivalente a 19,1% dos lares brasileiros – dado particularmente alarmante em um país que envelhece rapidamente.

Observa-se também o crescimento das famílias chefiadas por mulheres. Em 2022, 51% dos domicílios brasileiros tinham mulheres como responsáveis, superando pela primeira vez os domicílios chefiados por homens (49%). Entre esses arranjos, destacam-se as mulheres sem cônjuge e com filhos, que somam 13,5% dos lares, correspondendo a cerca de 7,8 milhões de famílias, além do crescimento, ainda que menor, de homens sem cônjuge e com filhos, que alcançam 2% dos domicílios (aproximadamente 1,2 milhão).

No plano das formas de união, os dados revelam uma inflexão histórica: as uniões consensuais superaram, pela primeira vez, os casamentos civis e religiosos, atingindo 38,9% do total. As uniões homoafetivas, embora ainda minoritárias, cresceram de forma significativa, passando de 0,1% em 2010 para 0,7% em 2022, o que corresponde a cerca de 480 mil unidades familiares.

Esses dados indicam uma pluralização dos arranjos familiares, frequentemente celebrada pelo discurso liberal como sinal de autonomia individual e liberdade de escolha. No entanto, quando analisados sob a perspectiva histórica da hegemonia neoliberal, tais transformações revelam um quadro muito mais problemático. Em um país marcado pelo envelhecimento

acelerado, pela precarização estrutural do trabalho e pela retração das políticas públicas universais, essa reconfiguração tende a produzir efeitos socialmente regressivos e antropologicamente destrutivos.

A leitura puramente demográfica – frequentemente adotada pelo próprio IBGE – atribui essas mudanças a fatores como urbanização, maior escolaridade feminina e amplo acesso a métodos contraceptivos. Embora esses elementos sejam relevantes, eles são insuficientes para explicar a profundidade do processo. A transição demográfica brasileira ocorre sob o signo do neoliberalismo, isto é, em um contexto de desindustrialização, desemprego estrutural, informalidade, financeirização da vida cotidiana e desproteção social permanente.

5.

Trata-se do resultado de uma longa transição sociodemográfica, iniciada ao menos há trinta anos. Em meados da década de 1990, a estrutura familiar brasileira ainda era majoritariamente nuclear. Em 1995, cerca de 57% dos lares eram compostos por casais com filhos, e a taxa de fecundidade girava em torno de 2,4 a 2,5 filhos por mulher – já em queda em relação às décadas anteriores, mas ainda distante do patamar atual (hoje a taxa de fecundidade no Brasil está em 1,55 a 1,60 filho por mulher). Na década de 1960, vale lembrar, a média era de aproximadamente seis filhos por mulher.

Naquele período, o Estado ainda operava sob a lógica implícita da família-providência, delegando às famílias – sobretudo às mulheres – a responsabilidade pelo cuidado de crianças, idosos e doentes. Esse modelo tornou-se progressivamente inviável com a precarização do trabalho e o enfraquecimento dos vínculos familiares.

Um marco decisivo dos anos 1990 foi a chamada ascensão da mulher como “chefe de família”. O IBGE tende a interpretar esse fenômeno como indicador positivo de emancipação feminina. Tal leitura, porém, é ideológica quando abstrai o contexto material. Em uma sociedade marcada pelo trabalho precário e mal remunerado, a entrada massiva das mulheres no mercado não significou emancipação, mas intensificação da exploração, dupla ou tripla jornada e desorganização do arranjo familiar anterior.

Em 1995, as famílias chefiadas por mulheres já representavam cerca de 23% dos domicílios, e as mulheres dedicavam quase o triplo do tempo aos afazeres domésticos em comparação aos homens.

Naquele mesmo período, o divórcio – legalizado apenas em 1977 – tornava-se socialmente mais aceito, e cerca de 16% dos lares eram formados por mães solo. As famílias reconstituídas começavam a ganhar visibilidade, assim como as famílias extensas, que ainda funcionavam como importante mecanismo de sobrevivência, sobretudo entre as classes populares. As famílias unipessoais, por sua vez, representavam apenas 7% a 8% dos domicílios, em geral compostas por idosos viúvos ou jovens estudantes.

A transição demográfica, entretanto, não ocorreu de forma homogênea. Em meados dos anos 1990, o Brasil era um mosaico de contrastes regionais. O Sudeste e o Sul lideravam a redução do tamanho das famílias, com taxas de fecundidade próximas ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher), impulsionadas pela urbanização acelerada e pelo alto custo de vida. Já o Nordeste e o Norte mantinham estruturas familiares mais numerosas, especialmente em áreas rurais, onde a taxa de fecundidade ainda superava três filhos por mulher. Curiosamente, essas regiões já apresentavam elevados índices de mulheres chefes de família, muitas vezes em função da migração masculina para o Sudeste.

6.

Um dos fenômenos mais marcantes das últimas décadas é a explosão das famílias unipessoais, domicílios compostos por uma única pessoa, que inaugura o que pode ser chamado de era da solidão. O “morar sozinho” deixou de ser exceção para se tornar tendência estrutural. O que antes aparecia como situação transitória – viuvez, migração temporária, opção juvenil – converteu-se em tendência estrutural das sociedades capitalistas desenvolvidas que está crescendo também no Brasil.

O IBGE costuma associar esse processo à autonomia individual e à mudança nos projetos de vida. Mas essa transformação não pode ser explicada apenas por mudanças culturais, maior tolerância a estilos de vida individuais ou valorização da autonomia pessoal.

As famílias unipessoais expressam, antes de tudo, uma ruptura histórica nas condições de reprodução social. Elas são o sintoma visível de um processo mais profundo: a decomposição das mediações coletivas – família extensa, vizinhança, trabalho estável, sindicatos, comunidades religiosas ou políticas – que, durante boa parte do século XX, amorteceram os impactos da exploração capitalista sobre a vida privada.

No capitalismo neoliberal que viceja no Brasil, o indivíduo é progressivamente desvinculado de laços duráveis e devolvido a si mesmo como unidade isolada de sobrevivência. A família unipessoal não representa, portanto, um triunfo da liberdade individual, mas a internalização privada de riscos sociais que antes eram compartilhados. O custo da moradia, o cuidado com a saúde, o envelhecimento, o desemprego e o sofrimento psíquico passam a ser administrados solitariamente, no interior de um mercado que transforma todas essas necessidades em mercadorias.

Há aqui uma contradição central. O mesmo sistema que promove a ideologia da autonomia – “seja você mesmo”, “cuide da sua própria vida”, “não dependa de ninguém” – destrói materialmente as condições para uma vida efetivamente autônoma. O morar sozinho aparece como escolha, mas frequentemente é o resultado forçado de jornadas de trabalho extensas, mobilidade laboral permanente, instabilidade afetiva, precarização econômica e erosão do tempo social. A solidão deixa de ser um estado subjetivo e converte-se em forma objetiva de vida.

As famílias unipessoais também revelam uma mutação no vínculo entre trabalho e intimidade. No regime do capitalismo dependente e financeirizado, o trabalho invade a casa – *home office*, conectividade permanente, bicos digitais – enquanto a casa deixa de ser espaço de convivência e cuidado para tornar-se ponto de apoio funcional da força de trabalho isolada. O lar unipessoal é, muitas vezes, o complemento invisível da superexploração: menos despesas coletivas, menos tempo de cuidado, mais disponibilidade individual para o mercado.

Do ponto de vista geracional, esse fenômeno assume contornos ainda mais dramáticos. Jovens adultos – que tem condições financeiras por conta de trabalho estável – vivem sós não porque conquistaram estabilidade, mas porque não conseguem projetar o futuro: adiam filhos, evitam compromissos duradouros, mantêm relações frágeis e reversíveis.

Já os idosos que moram sozinhos, por sua vez, enfrentam a solidão como abandono estrutural, num contexto em que o envelhecimento se converte em “custo” e o cuidado é mercantilizado ou simplesmente negado. A família unipessoal, nesses casos, aproxima-se perigosamente de uma forma social de descarte.

7.

Por isso, a chamada era da solidão não deve ser confundida com retraimento psicológico ou déficit afetivo individual. Trata-se de uma solidão socialmente produzida, funcional à racionalidade neoliberal. Ao fragmentar os vínculos, o sistema reduz a capacidade de resistência coletiva, enfraquece identidades comuns e transforma o sofrimento em problema privado, medicalizável e silencioso. Cada indivíduo isolado torna-se, ao mesmo tempo, consumidor de soluções e portador solitário do fracasso estrutural.

Em suma, a explosão das famílias unipessoais na era neoliberal não anuncia uma sociedade mais livre, mas uma sociedade mais desamparada, na qual a vida é organizada sob a forma da separação. O morar sozinho é o emblema cotidiano de um mundo em que a reprodução da existência foi descoletivizada, e em que a solidão deixou de ser exceção biográfica para tornar-se regra histórica do capitalismo em crise.

E quanto aos jovens adultos altamente escolarizados – mas sem condições financeiras e com trabalho precário – que ainda vivem na casa dos pais? O crescimento do número de jovens adultos altamente escolarizados que permanecem na casa dos

pais – apesar de diplomas, qualificações e capital cultural – é o outro polo estrutural do mesmo processo histórico que produz as famílias unipessoais.

Um levantamento divulgado em 2025 mostra que entre 2012 e 2022 o número de brasileiros de 25 a 34 anos que moram com os pais cresceu cerca de 137%. Esse dado é parte de uma pesquisa da Kantar IBOPE Media, que identifica um aumento expressivo desse padrão de convivência familiar – fenômeno apelidado de [“geração canguru”](#).

8.

Se, de um lado, temos a solidão como forma de vida individualizada, de outro surge a coabitação forçada, marcada por dependência material prolongada e autonomia bloqueada. Ambas expressam a crise da reprodução social no capitalismo neoliberal.

Esse fenômeno não pode ser explicado por “imaturidade”, comodismo ou mudança de valores juvenis. Trata-se de uma contradição objetiva do capital: o sistema educacional expandiu-se, prometendo mobilidade social, enquanto o mercado de trabalho se precarizou estruturalmente, destruindo os empregos capazes de sustentar a independência material. O Brasil é o paraíso do precariado. O resultado é uma geração superqualificada para trabalhos sub-remunerados, intermitentes e instáveis – estágio permanente, bolsas temporárias, *freelancing*, “empreendedorismo de sobrevivência”.

A permanência na casa dos pais indica, assim, uma adultescência bloqueada. O jovem é adulto do ponto de vista das exigências – produtividade, desempenho, flexibilidade, responsabilidade individual –, mas tratado como menor no plano material: sem renda suficiente, sem moradia própria, sem capacidade real de planejamento do futuro. A passagem clássica para a vida adulta – sair de casa, constituir domicílio, formar família, estabilizar-se no trabalho – deixa de ser norma social e converte-se em privilégio de classe.

No interior do lar parental, instaura-se uma nova forma de tensão. A casa deixa de ser espaço de transição e torna-se infraestrutura de compensação da crise: os pais subsidiam a reprodução da força de trabalho dos filhos adultos. Alimentação, moradia, internet, energia, cuidados cotidianos — tudo isso funciona como salário indireto familiar, invisível às estatísticas e fundamental para a sobrevivência do capitalismo precarizado. A família, mais uma vez, é convocada a absorver o choque que o mercado e o Estado recusam enfrentar.

Há também uma dimensão política decisiva. Ao manter jovens adultos dependentes do núcleo familiar, o Estado neoliberal desativa potencialidades de conflito social. A dependência econômica dificulta a ruptura simbólica com a autoridade parental, enfraquece a autonomia política e retarda a constituição de projetos coletivos. A casa dos pais torna-se um espaço ambíguo: proteção material mínima e, ao mesmo tempo, contenção social da rebeldia.

Esse quadro se articula diretamente com a explosão das famílias unipessoais. Muitos desses jovens desejam sair de casa, mas não conseguem; outros saem, mas retornam; alguns conseguem morar sozinhos por períodos curtos, apenas para recair na dependência. Temos, assim, uma circulação instável entre solidão forçada e coabitação forçada, ambas determinadas pela precariedade estrutural do trabalho e pela financeirização da moradia.

A casa dos pais torna-se, assim, não um refúgio confortável, mas o último amortecedor privado de um sistema incapaz de garantir futuro. Tal como os outros jovens adultos das famílias unipessoais, não conseguem projetar o futuro – do mesmo modo, adiam filhos, evitam compromissos duradouros, mantêm relações frágeis e reversíveis.

Concluindo, podemos dizer que o predomínio das famílias unipessoais já produz impactos visíveis na economia e na cultura: proliferação de microapartamentos, crescimento de produtos de consumo individualizados e expansão da chamada *pet economy*, na qual animais de estimação passam a ocupar o lugar de companhia central em lares solitários. Trata-se de uma sociabilidade compensatória, na qual a dissolução do laço social humano é substituída por próteses afetivas compatíveis com a lógica mercantil.

a terra é redonda

Portanto, os dados do IBGE expostos acima não indicam uma simples diversificação das formas familiares, mas evidenciam uma crise profunda da reprodução social. No contexto do capitalismo dependente e neoliberal brasileiro, a desorganização da família não produz liberdade, mas solidão, sobrecarga, fragilização subjetiva e niilismo cotidiano. A família, último amortecedor social, encontra-se em processo de colapso silencioso – expressão concreta da crise estrutural do capitalismo neoliberal no Brasil.

***Giovanni Alves** é professor aposentado de sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Autor, entre outros livros, de *Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI* (Projeto editorial Praxis).
[<https://amzn.to/3RxyWJh>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI ➡ **CONTRIBUA**